

# Escolas particulares querem gatilho

7.º ABR 1967

Após três horas de reunião no Colégio Metropolitano, no Méier, cerca de 300 proprietários de escolas particulares do Rio decidiram ontem entrar com um recurso junto ao Conselho Federal de Educação para obter a paridade entre o aumento dos professores e os índices de reajuste das mensalidades. Eles querem autorização para aumentar as mensalidades cada vez que houver disparo do gatilho salarial para os professores. Os proprietários dos colégios decidiram, no entanto, acatar provisoriamente a deliberação do Conselho Estadual de Educação, homologada ontem pelo Secretário Carlos Alberto Direito, que autoriza o repasse de apenas 50

por cento do aumento dos professores às mensalidades, para poder reabrir as escolas no dia 22 de abril.

Enquanto os proprietários de escolas se reuniam, do lado de fora cerca de 150 professores e alunos faziam manifestação pedindo, com a ajuda de alto-falantes, aumento salarial de 120 por cento e o não repasse do reajuste às mensalidades. Na próxima terça-feira, professores e patrões se reúnem na Delegacia Regional de Trabalho para tentar um acordo. O Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Particular, Paulo Sampaio, terá toda a liberdade para propor o índice de reajuste na

reunião, já que os proprietários das escolas acharam melhor não divulgar nenhuma proposta.

— Se a deliberação (de repassar apenas 50 por cento do aumento dos professores) for realmente aplicada, as escolas irão rapidamente à falência, caso os possíveis futuros gatilhos salariais não sejam repassados integralmente. Por isso, resolvemos entrar também com um recurso no Conselho Federal de Educação, para obter a paridade. Nos outros Estados não há greve porque existe paridade — disse Paulo Sampaio.

O Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Particular alega que o re-

passo de apenas 50 por cento não é suficiente para manter o ensino privado. Já nas escolas da Zona Oeste, a situação é diferente. Os proprietários não querem conceder reajuste aos professores porque não poderão repassá-los aos pais de alunos, em consequência do baixo poder aquisitivo. Eles acataram, no entanto, a deliberação do Conselho, mas não sabem como pagar o aumento dos professores. Ney Suassuna, membro do Conselho Estadual de Educação, propôs ainda que a multa de seis por cento paga pelos pais de alunos quando atrasam a mensalidade seja corrigida com base na Obrigações do Tesouro Nacional (OTNs).